

Informações econômicas

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

ARTIGO ESPECIAL

3º PROGNÓSTICO AGRÍCOLA DA SAFRA 1990/91

1 - INTRODUÇÃO	9
2 - ANÁLISE DE PRODUTOS	10
Amendoim	10
Batata	13
Cebola	20
Feijão da Seca	24
Tomate	33

ARTIGO TÉCNICO

Análise Demográfica do Setor Agrícola Paulista	45
Tendência da Produção de Batata e Comportamento de Preços no Estado de São Paulo	55

CONJUNTURA AGROPECUÁRIA

Afinal, uma Lei Agrícola	75
Declaração do Imposto de Renda na Atividade Rural	78
Algodão	82
Mandioca	82
Milho	84
Soja	85
Trigo	86
Bovinocultura de Corte	87
Indicadores de Conjuntura Agropecuária	88
Custo Horário de Operação de Máquinas e Implementos a Tração Motomecanizada e Animal	89

PREÇOS AGRÍCOLAS

COMPORTAMENTO DE PREÇOS	93
Preços Recebidos	93
Preços Pagos	93
Índice de Paridade	93
Cesta de Mercado	94

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA 125

Portaria IEA nº 2 de 29 de Janeiro de 1991 127



artigo técnico

ANÁLISE DEMOGRÁFICA DO SETOR AGRÍCOLA PAULISTA(1)

Maria Carlota Meloni Vicente(2)
Elizabeth Alves e Nogueira(2)
Celma da Silva Lago Baptistella(3)
José Eduardo Rodrigues Veiga(2)

1 - INTRODUÇÃO

A distribuição espacial da população na sociedade reflete, historicamente, as formas de organização da sua produção. No Brasil pós-guerra, o reordenamento da população foi resultado da implementação do modelo industrializado via subsídios diretos e indiretos ao parque industrial. Segundo Martine(4) "o crescimento do aparato estatal e as mudanças na estrutura do poder em favor do capital industrial, facilitaram a integração regional e a penetração da influência governamental nos confins rurais". Em função disto, no setor agrícola foram feitas as primeiras tentativas de mecanização da produção com base no modelo estadunidense. Aprimorou-se o complexo viário, sobretudo ferrovias, o que fundamentou a intensa migração rural-urbana, que se aceleraria principalmente a partir da década de 50. Porém, "é a partir da implantação do modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interes-

ses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde em meados da década de 60, que se acentuou o significado de migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores".

A citação anterior fundamentalmente detecta a ingerência do Estado nos movimentos migratórios, tidos e havidos em processos cujos substratos foram decisões governamentais postas em programas e/ou políticas adotadas. Por isso, pode-se afirmar que o exame da distribuição espacial da população de um país passa, forçosamente, pela observação das políticas econômicas adotadas e seus reflexos sobre a sociedade.

E mais ainda, "a natureza e as consequências das políticas de redistribuição da população, são intimamente vinculadas ao papel do Estado no planejamento e na direção das atividades econômicas"(5).

O período 1950-65 caracteriza-se negação dos padrões tradicionais quanto à divisão internacional do trabalho e ao papel do Brasil como fornecedor de matérias-primas e impor-

-
- (1) Trabalho apresentado no Seminário "Escola Pública da Zona Rural: Desafios", São Paulo, em 10/12/90. Os autores agradecem a colaboração dos estagiários Alexandre José de Souza Puglisi e Antonio Marcos Rodrigues e Silva. Recebido em 21/01/91. Liberado para publicação em 08/02/91.
 - (2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).
 - (3) Socióloga, funcionária do Instituto de Economia Agrícola (IEA).
 - (4) Martine, G. Exodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: Martine, G. & Garcia, R.C., coords. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caetés, 1987. p.59-79.
 - (5) Ibid.

tador de bens industrializados. É formulado um plano de colonização para pequenos produtores, para enraizar a população do Nordeste, porém, foi mais marcante o incentivo à modernização agrícola, proporcionando, assim, a emigração rural. Ao se considerar o período 1965-80, constata-se ainda a preocupação em modernizar o País, sendo profundamente marcante a presença do estado na produção de bens e serviços(6).

Quanto ao Estado de São Paulo, a população total residente nos imóveis rurais estimada em 2.287,0 mil pessoas em 1970, passa a 1.520, 8 mil pessoas em 1981, ou seja, 766,2 mil a menos. Nos anos setenta, as alterações na composição da produção agrícola, e dentre elas a expansão de cana-de-açúcar e laranja - em áreas antes ocupadas por pastagens, e produtos de mercado interno - reforçam as mudanças nas relações de trabalho iniciadas na década de sessenta afetando, consequentemente, a população residente no meio rural(7).

A principal política de redistribuição de população implícita e não intencional, aplicada pelo Governo brasileiro, no último quarto de século, foi a modernização agrícola(8). A intensificação dos esforços para a industrialização por meio da substituição de importações possibilitou a modernização da agricultura, proporcionando, desta forma, o deslocamento da população residente no meio rural para as cidades.

Parte das pessoas vindas do campo empregou-se nas indústrias, no comércio e no crescente setor de servi

ços, enquanto que o restante continuou exercendo atividades agrícolas, embora residindo nas cidades.

A mão-de-obra foi substituída por máquinas agrícolas, particularmente em operações como o preparo do solo, plantio e capina enquanto a demanda por mão-de-obra aumentou nos períodos de colheita. A maior procura por trabalhadores em algumas épocas do ano fez com que fossem mantidas, nos imóveis rurais, as famílias necessárias à realização de parte do processo produtivo, sendo o restante contratado fora da propriedade.

Nos anos oitenta, algumas alterações são observadas com relação à década anterior. A agricultura paulista atinge um estágio de modernização, em que as preocupações do setor dirigem-se para o aperfeiçoamento do trabalhador.

O ritmo migratório campocidade diminui consideravelmente, com destaque para o fato de que as modificações na composição da produção agrícola não foram tão grandes quanto as da década de setenta.

Dentre as transformações marcantes nas relações de produção da agricultura paulista, nos anos oitenta, cabe mencionar o decréscimo de parceiros e arrendatários, processos estes que já vinham ocorrendo em anos anteriores. É provável que parceiros e arrendatários estejam se tornando assalariados, face às exigências das empresas rurais. Destaca-se, também, o decréscimo no emprego de trabalho temporário e a adoção das colheitadeiras de cana-de-açúcar, o que certamente teria contribuído para tornar o empre-

(6) Martine, G. A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. São Paulo em Perspectiva, v.3, n.3, 1989, p.46-56.

(7) Vicente, Maria C.M. et alii. População residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo: alguns indicadores sócio-econômicos, 1970-86. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1988. 26p. (Relatório de Pesquisa, 18/88)

(8) Martine, G., op. cit. nota 6.

go dos volantes (bóais-frias, safris-tas, etc.) susceptível à tendência de declínio (9).

1.1 - Objetivo

No presente estudo, o propósito principal é a análise de alguns aspectos da população residente nos imóveis rurais paulistas, no período 1986-90 - tais como, distribuição por faixa etária, educação, eleitores e taxa de mortalidade infantil, como parte do processo de reordenação da população em um setor que perdeu no tempo a prioridade de esforços governamentais para programas de base social.

O respaldo de informações a respeito do volume e da distribuição geográfica da população é essencial em qualquer programação de política, seja de natureza pública ou não.

2 - METODOLOGIA

As estimativas apresentadas nesta pesquisa foram obtidas por meio de amostra aleatória, para previsão e estimativas de safras agrícolas e para levantamentos de dados sobre diversos aspectos do setor rural paulista. É composta de 3.622 imóveis rurais, subdivididos em doze estratos de área e em dez Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs)(10).

O questionário relativo a dados demográficos é enviado anualmente aos produtores rurais, em abril, para a coleta das seguintes informações: número de habitantes por faixa etária, número de famílias residentes

nos imóveis rurais, frequência à escola, alfabetização, escolaridade do proprietário e do administrador, número de eleitores, natalidade e mortalidade infantil.

A taxa de alfabetização é calculada como sendo a relação entre o número de alfabetizados e o número de habitantes com mais de cinco anos; a frequência à escola é a relação entre os que frequentam a mesma e o número de pessoas com mais de cinco anos.

A taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano (TMI), por 1.000 nascimentos é a relação entre o número de crianças mortas com menos de 1 ano (D_t) e o número de nascimentos no ano (N_t), ou seja: $TMI = 1.000 \frac{D_t}{N_t}$.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram considerados os levantamentos sobre demografia, realizados pelo IEA, no período de 1986 a 1990. Tomando-se por base 1986 (ano de adoção do Plano Cruzado), constata-se que o número de pessoas residentes nos imóveis rurais é maior em 1987 e 1988, em 4,4% e 3,8% respectivamente. Em 1989, este número volta ao patamar de 1986, e decresce em 1990 (quadro 1).

Essas variações são bem inferiores àquelas ocorridas na década de setenta, quando os decréscimos de um ano para outro atingiam até 15% (Anexo 1) e parecem estar mais associadas a fatores conjunturais, ou seja, alterações na política econômica, com efeitos de curto prazo. As transformações ocorridas na década de setenta interferiram mais intensamente sobre a popula-

(9) Veiga, José E.R. et alii. Avaliação do emprego agrícola no Estado de São Paulo, 1985-89. Agricultura em São Paulo, v.37, t.2, 1990. p.179-194.

(10) Para maiores detalhes sobre a expansão dos dados ver Campos, Humberto & Piva, Luiz H. de O. Dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safras no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, v.21, n.3, 1974, p.65-88.

QUADRO 1. - Estimativa da População Residente nos Imóveis Rurais Paulistas, 1986-90

(1.000 hab.)

Faixa etária	Menos de 15 anos		De 15 a 65 anos		Mais de 65 anos		Total	Índice (1986=100)
	No.	%	No.	%	No.	%		
1986	519,9	33,3	983,4	62,8	61,5	4,0	1.564,8	100,0
1987	540,9	33,1	1.031,7	63,2	60,8	3,7	1.633,4	104,4
1988	521,0	32,3	1.032,0	64,0	60,1	3,7	1.613,1	103,8
1989	507,8	32,3	1.001,6	63,7	63,3	4,0	1.572,8	100,5
1990	498,5	32,9	957,4	63,3	56,9	3,8	1.513,0	96,7

-48-

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

ção rurícola.

Se por um lado, os dados sobre população residente nos imóveis rurais paulistas indicam um decréscimo da ordem de 3,3% - quando se compara 1986 com 1990 -, por outro, pesquisa recentemente realizada pelo IEA sobre emprego rural, no período 1985-89, revela que o total de pessoas ocupadas - residentes ou não nos imóveis rurais, dentre eles, proprietário, arrendatário, parceiros e assalariados, exceto volantes - era de 1.053,1 mil, em 1985, passando a 1.072,0 mil, em 1989, ou seja, um acréscimo de 1,8%. Isto leva a crer que é grande a preferência dos trabalhadores em residir no meio urbano, devido aos atrativos de infra-estrutura nas áreas de saúde, comércio e educação, muito embora, estes continuem exercendo atividades agrícolas. Além disso, a residência na zona urbana foi também incentivada pelas facilidades de transporte, com o crescimento das estradas vicinais no interior paulista(11).

O estudo das informações por faixa etária no período 1986-90 transparece a manutenção das proporções de habitantes com valores em torno de 32% e 33% para os menores de 15 anos; de 63,0% e 64,0% para a faixa de 15 a 65 anos e de 3,8% e 4,0% para aqueles com idade superior a 65 anos.

A DIRA de Campinas é a que possui maior número de pessoas residentes nos imóveis rurais (310,1 mil habitantes), ou seja, 20,5% do total do Estado; em ordem decrescente, importantes também são as DIRAs de Sorocaba, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, que respondem por 44,0% do total de habitantes dos imóveis rurais.

A agroindústria constitui-se, atualmente, no principal centro de

atração, nas DIRAs de Campinas e Ribeirão Preto. A região de Sorocaba destaca-se pela produção de alimentos, em propriedades cuja base de produção é a família e, em São José do Rio Preto, o café se sobressai em importância, conservando pessoal residente no campo.

A taxa de alfabetização nos imóveis rurais - relação entre o número de alfabetização e o número de habitantes com mais de cinco anos - foi estimada em 74,0%, superior àquelas obtidas em 1988 e 1989, que eram de 72,4% e 72,3% respectivamente (quadro 2). Considerando-se as informações por DIRAs, observa-se a menor taxa de alfabetização na DIRA de São Paulo que incorpora a região do Vale do Ribeira, uma das mais carentes do Estado. Já as maiores taxas são constatadas em Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

A frequência à escola - relação entre os que frequentam e o número de pessoas com mais de cinco anos - também aumentou em 1990, atingindo 22,5%. Ao se considerar o número de habitantes na faixa de cinco a quinze anos, estima-se um índice de 89,5% de frequência à escola. Segundo a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), o número de matrículas nas escolas rurais atingiram o valor de 230.000 e o número de alunos transportados foi calculado em 185.000.

Acredita-se que na fase atual, na qual se encontra a agricultura paulista, a educação do meio rural mereça ser priorizada em programas governamentais. Isto porque, conforme pesquisa realizada por Aguirre & Bacha (12), o aumento da produtividade do trabalho no País na década de oitenta não se deveu à incorporação de terras

(11) Veiga, José E.R. et alii, op. cit. nota 9.

(12) Aguirre, Basília M.B. & Bacha, Carlos J.C. A especialização de mão-de-obra rural no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 27., Piracicaba, 1989. Anais... Brasília, SOBER, 1989, v.1, p.572-584.

QUADRO 2. - Estimativa de Frequência à Escola, de Alfabetização e da Taxa de Mortalidade Infantil nos Imóveis Rurais Paulistas, 1987-90

Ano	Frequência à escola		Alfabetização		Eleitores (No.)	Taxa de mortalidade infantil (2)
	No.	(%)(1)	No.	(%)(1)		
1987	280.606	21,3	1.011.566	74,0	772.500	29
1988	308.339	21,4	1.042.934	72,4	799.604	34
1989	297.800	21,1	1.018.598	72,3	772.320	35
1990	305.469	22,5	1.003.183	74,0	755.211	-

(1) Considerando os habitantes com mais de cinco anos.

(2) Número de mortes em cada 1.000 crianças nascidas vivas.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

virgens, mas à introdução de insumos modernos e máquinas, o que significa que a organização do trabalho na agricultura estaria passando por mudanças, no sentido de racionalizar e de implantar uma divisão de trabalho mais eficiente na agricultura, além de elevar a qualificação média da mão-de-obra. Para tanto, as escolas rurais precisariam oferecer as condições para que os habitantes do meio rural paulista pudessem se aperfeiçoar, através de um processo educativo, no sentido amplo e sob o prisma de um ensino que realce o ofício agrícola. Sabe-se, também, que o acúmulo de tarefas agrícolas em algumas épocas do ano prejudica o desenvolvimento escolar, tornando-se necessário, por esta e outras razões, repensar a escola rural, processo este já iniciado em 1988.

A taxa de mortalidade infantil - outro importante indicador social - mostrou-se crescente no período estudado, e foi estimada em 35 crianças mortas por 1.000 mil nascidas vivas em 1989. Vale destacar que a concentração de riqueza que acompanha o crescimento da economia brasileira está demonstrada em inúmeros trabalhos, mas é em questões como a mortalidade infantil que tal fenômeno revela seu lado mais cruel. Salienta-se, porém, que o panorama visto a partir do Estado de São Paulo mostra um quadro menos sombrio do que o observado em regiões como o Nordeste; verificaram-se reduções importantes dessa mortalidade, desde meados da década de setenta, destacando-se sobremaneira a redução de cerca de 80% dos óbitos por diarreia(13).

Acrescente-se à discussão o efeito-renda sobre a saúde, bem como a todos outros componentes da qualidade de vida da população rural. Cabe, então, avaliar o comportamento dos salários rurais de São Paulo: os dados

para o último quinquênio da década demonstram a queda real sofrida pelos salários das várias categorias de trabalhadores. Mesmo no período de euforia econômica do Plano Cruzado (1986), os salários dos trabalhadores rurais não ultrapassaram um máximo de 2,02 salários-mínimos, no caso de mensalistas, e 1,67 para os volantes (considerando-se a média de jornada estabelecida a partir dos questionários do IEA, de 15 dias/mês). O tratadista, já com certo nível de especialização, recebeu nesse período em torno de 2,8 salários-mínimos. Em 1990, as perdas em relação ao Cruzado chegaram até 55% para algumas categorias (quadro 3).

A diminuição da renda dos trabalhadores forçosamente acarreta alterações nas condições sócio-econômicas, e a deterioração das mesmas refletir-se-á em diversos indicadores sociais e dentre eles a mortalidade infantil.

Com relação ao número de eleitores, este foi crescente no período 1988-89, levando-se em conta a extensão do direito a voto ao analfabeto e aos menores de 16 anos. Em 1990 decresce em 2,2% em consonância com a queda do número de pessoas residentes nos imóveis rurais.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos dos indicadores demográficos, embora positivos na sua maioria, devem ser vistos com cautela.

Nesse sentido, cabem algumas explicações: a população do setor agrícola paulista é resultado quantitativo e qualitativo de um processo de reordenação norteado pela modernização e composição da produção com implica-

(13) Chester, L.G.C. Mortalidade Infantil: uma nova estratégia sanitária. São Paulo em Perspectiva, v.3, n.3, 1989, p.30-31.

QUADRO 3. - Sálario Rural, por Categoria de Trabalhador, Estado de São Paulo, 1985-90(1)

(em cruzeiro)

Ano	Volante	Diarista	Mensalista	Tratorista	Capataz	Administrador
1985	399,24	340,65	9.145,56	14.483,71	11.761,10	11.894,22
1986	545,99	406,92	9.882,15	13.315,28	14.512,46	22.832,81
1987	434,06	338,19	7.758,36	10.633,99	11.032,37	17.064,63
1988	258,42	212,09	6.022,05	8.039,07	8.212,45	12.696,33
1989	286,02	236,69	6.547,47	9.172,65	9.447,32	14.771,76
1990(2)	245,09	203,04	5.691,02	7.821,10	8.232,96	12.502,46

(1) Valores médios de abril e novembro, deflacionados pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base junho 1990 = 100.

(2) Valores de abril.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

ções profundas na geração do emprego permanente, mas fundamentalmente, calcada em salários baixos e progressivamente declinantes. Incorpora-se à análise a deficiente infra-estrutura social das propriedades rurais, além dos atrativos inerentes aos centros urbanos, e estará composto o cenário que responde à transferência constante da mão-de-obra residente para as cidades. De forma bastante sintética, este é o quadro da agricultura paulista que tem prevalecido há um período bastante longo, configurando um universo populacional com crescimento absoluto apenas vegetativo. Mesmo no estágio recessivo do emprego urbano - nenhum setor oferece novas oportunidades, poucos estão próximos da manutenção de períodos passados - não há como supor um retorno permanente às atividades agrícolas.

Nesta situação, todas as variações do emprego de pessoas residentes - pequeno aumento em 1987 e 1988 e imediato declínio em 1989 e 1990 - tendem a significar que fatores conjunturais de curto prazo colaboram para o retorno de filhos e outros familiares ao local de origem.

Finalmente, destaque-se que a melhoria das condições econômicas e sociais tem a rigor que se inserir em programas governamentais que entendam o universo rural como um espaço de condicionantes que extrapolam a dinâmica dos centros urbanos: à necessidade de emprego abundante e melhores salários, há que se relacionar a oferta e a qualidade do ensino e saúde, bem como, e principalmente, pensar o direito ao lazer de forma condizente a todas as faixas de idade dos trabalhadores rurais. Todos esses fatores podem restaurar os elementos de identidade do homem do campo à cidadania até então concretizada nos valores urbanos.

ANÁLISE DEMOGRÁFICA DO SETOR AGRÍCOLA PAULISTA

ANEXO 1

QUADRO A1.1 - Estimativa da População Residente nos Imóveis Rurais, por Categoria, Estado de São Paulo, 1970-85

Categoria	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1985
Proprietário	784.998	834.617	860.739	864.275	714.131	662.373	644.983	595.899	657.452	671.831	544.137	580.873	583.369
Administrador	87.100	95.510	98.324	81.435	95.304	72.830	79.770	82.979	63.726	69.197	67.502	63.783	72.586
Arrendatário	194.966	196.927	191.452	128.451	122.052	89.269	66.437	72.903	31.744	34.851	24.281	26.560	23.873
Parceiro	449.521	545.469	474.198	422.382	330.835	273.887	248.733	247.911	200.998	216.470	190.100	202.139	189.565
Colono	107.457	99.286	97.002	72.102	78.365	55.282	55.153	55.935	56.624	72.426	56.810	44.784	64.907
Mensalista	264.477	369.256	385.673	436.247	420.894	366.129	380.524	350.449	418.021	423.203	383.099	402.040	465.029
Diarista	247.189	195.907	221.394	263.006	201.907	188.126	174.670	150.733	143.679	133.729	134.977	114.479	84.435
Outros	151.368	181.943	145.592	96.924	128.535	92.723	82.303	106.519	101.391	90.470	77.570	86.202	52.388
Total	2.287.076	2.518.915	2.474.374	2.364.822	2.092.023	1.800.619	1.732.573	1.663.328	1.673.635	1.712.177	1.478.476	1.520.860	1.536.152

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).